



## Ata

**Ata da ducentésima quadragésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual sobre Drogas (COESAD), realizada ao decimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, no auditório do CAAD, no Centro de Vitória.** Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Carlos Augusto Lopes (presidente) e Getúlio Sérgio Souza Pinto (suplente), Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas; Samantha Leal Fraga (titular), Secretaria de Direitos Humanos; Thaís Scardua Rangel Garcia (suplente), Secretaria de Educação; Rochester Santana de Lima (titular), SETADES; José Rafael Baroni de Carvalho (titular), IASES; Thiago de Carvalho Guadalupe (titular), Instituto Jones dos Santos Neves; José Carlos Fiorido (titular), Federação Espírita do ES; Jhonatta Velasco da Silva Oliveira (suplente), Instituto Nova Aliança; Elias Ferreira Nunes (titular) e Swami Vivekananda Dutra (suplente), Conselho Municipal sobre Drogas de Viana; Dilcinéia Souza Bragança (suplente), CRP – Conselho Regional de Psicologia; Roziani Costa (suplente), OAB. Convidados: Carla Jordão, Subsecretaria de Política sobre Drogas. **Abertura:** O presidente faz a abertura da reunião saudando a todos os presentes; consulta sobre a ata da reunião anterior que foi aprovada sem ressalvas; aproveita o momento para reforçar aos conselheiros sobre a importância de assinarem a ata. A secretária executiva solicita pontuar sobre a dificuldade de coleta das assinaturas tendo em vista a rotatividade de participação dos membros nas reuniões. O presidente propõe que seja implementada a assinatura digital das atas por meio do E-docs. É pontuado pela secretária executiva sobre dificuldades já enfrentadas para a criação do perfil de conselheiros dentro do sistema E-docs, e a plenária delibera que, nos casos que houver dificuldade, o conselheiro (a) poderá assinar com o perfil de “cidadão”. Desta forma, o presidente delibera que a ata da 240ª reunião, aprovada na data de hoje, ainda será assinada manualmente, e a partir da próxima ata aprovada a mesma será assinada digitalmente; aproveita o momento para informar que as atas e demais publicações do COESAD deste mandato estão disponíveis no site do OCID – Observatório Capixaba de Informações sobre Drogas. Dando continuidade o presidente informa que esta plenária é excepcional tendo em vista que será realizada a posse dos membros da sociedade civil, eleitos no processo eleitoral complementar realizado para preencher as vacâncias existentes no Conselho; passa então a palavra para o vice-presidente, sr. Fiorido, tendo em vista que este foi o presidente da comissão eleitoral. O sr. Fiorido relata que não houve uma participação efetiva da sociedade; relata que algumas instituições pleitearam credenciamento, no entanto, não apresentaram a documentação solicitada no edital de convocação; refere que a comissão primou em seguir exatamente o previsto no edital; coloca que desta forma, ainda restaram 4 vagas para instituições representativas usuários e familiares e 1 vaga para instituições representativas de trabalhadores; refere ainda que concluído o processo, o Conselho Municipal sobre Álcool e outra Drogas de Viana foi habilitado e referendado, tomando posse na data de hoje; finaliza agradecendo a todos os envolvidos desde a comissão eleitoral e assessoria da Sesd até às instituições participantes. O presidente então dá a posse aos novos membros, sr. Elias Ferreira Nunes (titular) e sr. Swami Vivekananda Dutra (suplente); refere ainda que o decreto de nomeação, assinado pelo governador, foi publicado dia 19/07/2024; deseja boas vindas aos novos conselheiros e que seja uma gestão produtiva. O sr. Elias solicita a palavra para agradecer e dizer



que este é um retorno, tendo em vista que participara do Coesad em outras gestões; e que deseja contribuir muito com o Conselho. Dando seguimento é passado para os **INFORMES**: É passada a palavra para a secretária executiva que procede à exposição da emenda parlamentar que será destinada à AASERDEQ; relembra que as emendas parlamentares são apresentadas para ciência dos (as) conselheiros (as); refere que são 3 emendas unificadas e que foi encaminhado aos membros via e-mail: o Plano de Trabalho apresentado, o parecer técnico e a proposta do Termo de Fomento; coloca que as emendas foram destinadas pelos seguintes parlamentares: Marcelo Santos no valor de R\$ 30.000,00, Janete de Sá no valor de R\$ 20.000,00 e Raquel Lessa no valor de R\$ 20.000,00, totalizando o valor de R\$ 70.000,00; refere que todas as documentações exigidas foram analisadas e estão em conformidade com a política sobre drogas; refere que consta do Plano de Trabalho a relação de profissionais que atuarão na execução da proposta; que a instituição possui capacidade técnica satisfatória para atender o objeto proposto; coloca que o objeto do Plano de Trabalho propõe a aquisição de material de consumo em papelaria, limpeza e produtos alimentícios para a AASERDEQ; finaliza colocando que o parecer foi favorável para concessão da emenda parlamentar unificada. É perguntado se os conselheiros possuem alguma questão e não havendo dúvidas, questionamentos ou objeções, as emendas parlamentares foram aprovadas. O sr. Fiorido solicita a palavra para lembrar que tem sido uma diretriz do Coesad o estímulo à criação dos conselhos municipais; coloca que seria interessante uma resolução do Coesad dando como diretriz que as instituições solicitassem um parecer do conselho municipal local para pleitearem recursos; refere que seria uma estratégia para que os municípios efetivamente criassem seus conselhos sobre drogas; relembra que mesmo sendo ofertado recursos como fomento os conselhos não se efetivam, e que desta forma seria um ponto de pressão. O presidente solicita colocar que em 2023 a SESD abriu a possibilidade de destinação de recursos para organização, fortalecimento e implementação dos conselhos municipais; que foram abertas 10 vagas e apenas 7 municípios foram habilitados; que neste ano novamente foi aberta esta possibilidade, sendo inclusive prorrogada pra um período maior de habilitação; mas que apenas 3 municípios efetivamente se habilitaram; reforça que não se trata de falta de incentivo financeiro para implementação dos conselhos; reflete sobre a falta de sociedade civil atuante nos municípios, em especial no interior do estado; reflete ainda que o poder público, responsável em implementar os conselhos, não se mobilizará se não for provocado pela sociedade civil organizada; entretanto, complementa que em 2025 a possibilidade de fomento para os conselhos municipais será mantida. O sr. Fiorido sugere que o presidente, com o intuito de estimular, e utilizando ferramentas da modernidade, grave um vídeo mobilizando/convocando os municípios a implementarem seus conselhos. O presidente então pondera sobre o período eleitoral, mas que passado este momento se disponibiliza sim em fazer uso desta ferramenta. O conselheiro representante do conselho de Viana, sr. Elias, solicita a palavra para colocar que o conselho do seu município não tem sequer local para realização das reuniões; refere também que o prefeito já foi acionado quanto a questão do fomento ofertado mas não houve avanço; coloca ainda que o conselho só permanece resistindo devido a participação ativa da sociedade civil; reflete que a política sobre drogas sempre está em segundo plano e que só haverá interesse se o gestor perder recursos por não implementá-la. Inicia-se um debate sobre a fragilidade dos conselhos sobre drogas; colocado que os conselhos de saúde e educação possuem recursos condicionados o que



proporciona mais força aos mesmos; falado da força dos movimentos populares que promovem a participação social e fortalecem os conselhos. O conselheiro Fiorido solicita a palavra para colocar sobre a proposta de curso de preparação de conselheiros. É lembrado que já foi realizado tal curso, e que há previsão de nova turma, no entanto, houve alto índice de evasão havendo 200 inscritos e apenas 60 concludentes; o conselheiro sugere então que sejam feitos convites diretamente às instituições afetas à política sobre drogas para que estas indiquem as pessoas que poderão efetivamente ser representativas. Sugestão acatada pelo presidente para ser implementada para a próxima turma, sendo deliberada pela priorização de vagas para os conselhos municipais que se inscreveram para o fomento de 2023 e 2024, assim como para as instituições representadas no Coesad; em seguida para as instituições afetas à política e que após essas indicações as vagas remanescentes serão disponibilizadas para a sociedade em geral. A plenária passa então a refletir sobre o tema das drogas e o quanto esta temática causa repulsa em grande parte da sociedade, e por consequência, as dificuldades de atuação. Dando seguimento é passado para o andamento das comissões. **“Plano de Mobilização e Relações Intermunicipais” – Andamento das ações:** O sr. Getulio pontua que os trabalhos serão inicializados agora no segundo semestre. **Comissão do “Plano Estadual sobre Drogas” – Andamento das ações:** O conselheiro Getulio pontua sobre o andamento da atualização do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas – SISESD, e que o Plano Estadual estará balizado por esta legislação. O presidente solicita pontuar que a elaboração do Plano pode ser inicializada não sendo necessária a finalização da referida atualização; refere ainda que esta é uma ação muito importante sendo este um legado do COESAD. O conselheiro que foi empossado hoje, sr Elias Ferreira, questionou se poderia ingressar em alguma comissão do Conselho e o presidente orienta que basta sinalizar para a secretária executiva em qual comissão sua instituição tem interesse de integrar. **Comissão de Educação Permanente sobre Drogas – coordenação sr. Thiago Guadalupe:** O coordenador refere que foram realizadas 2 reuniões tendo como pauta principal a elaboração de um Plano de Educação sobre Drogas; refere que a Gerente de Educação, Estudos e Informações sobre Drogas da SESD, sra Nathalia Borba, participou dos referidos encontros; que a princípio será realizada uma escuta, para elaboração de um diagnóstico, com as instituições representadas no Coesad; relata que a comissão elaborou um instrumento para levantamento de: necessidades, indicações, demandas pra formação e capacitação, entre outros; refere que necessita do apoio do conselho para encaminhamento deste instrumento às entidades que será respondido por meio do Google Forms. O presidente delibera então que o referido instrumento seja encaminhado à secretária executiva para que esta encaminhe para as instituições por meio da mala direta do Conselho. O conselheiro Fiorido sugere que outras instituições também sejam ouvidas e cita a Polícia civil e a Polícia Militar. O presidente avalia que se faz importante ouvir também os grupos condutores da RAPs; pondera que se está sendo proposta a criação de um Plano de Educação sobre Drogas, que a RAPs assim como os conselhos municipais também precisam ser consultados a respeito. A conselheira Dilcinéia, representante do CRP, solicita a palavra para ponderar sobre questões que surgiram nas reuniões da comissão; coloca que a referida comissão passou por uma reestruturação e não foi localizado se haveria algum escopo de proposta de criação de um Plano de Educação; refere que a comissão discutiu se o referido Plano seria mais amplo e abrangente, ou se seria mais na linha de um plano de trabalho; coloca que



considera importante essa discussão na plenária, de forma que a comissão caminhe na direção do que o Conselho considera importante abordar; avalia que a referida proposta já não daria tempo para 2024 tendo em vista o processo de diagnóstico, mas que seria importante iniciar 2025 com a proposta delimitada e pronta. O presidente solicita ponderar que para novas propostas o ideal é se iniciarem menores, para irem ganhando tamanho e sustentabilidade no decorrer do processo; considerando que a referida proposta está iniciando, o ideal seria a realização de um Plano de Trabalho para o ano de 2025; e que a partir desta experiência, vai se ampliando e ganhando escala; o presidente refere que esta é sua avaliação a partir de sua experiência em gestão pública; coloca que sua proposta é que seja um Plano mais objetivo e exequível; coloca ainda que se a comissão avaliar necessário poderão ser convidados palestrantes, inclusive de outros estados. **Comissão do Fundo Estadual sobre Drogas:** O coordenador da comissão, sr. José Carlos Fiorido, coloca que devido aos trabalhos na comissão eleitoral complementar do Coesad, a Comissão do Fundo não teve ações; refere que não tem tido muitos avanços e coloca que sente muito a falta da representação do poder judiciário presente nas plenárias do Conselho; sugere que seja feita uma visita ao Tribunal de Justiça para mobiliza-los quanto a participação, principalmente tendo em vista que os recursos de bens apreendidos passam por aquele órgão, e em sua avaliação, são recursos que deveriam vir para o Fundo sobre Drogas. A assessora jurídica da SESD, sra. Carla Jordão, refere sobre a VEPEMA – Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas e o presidente do Conselho aproveita o momento para solicita-la que esta verifique sobre a questão da destinação dos recursos de bens apreendidos; aproveita também para informar à plenária que tanto o Tribunal de Justiça quanto a UFES já foram oficiados por 2 vezes sendo solicitado a indicação de seus representantes, no entanto, sem retorno. **Comissão de Monitoramento e Fiscalização de Instituições:** O sra. Roziani Costa, coordenadora da Comissão, relata sobre a dificuldade de participação dos membros da comissão; refere que ela e o conselheiro Jonathas realizaram a visita e a elaboração do relatório da instituição Viva Mais; coloca que todos os esforços foram infrutíferos, tendo em vista que não conseguiram entrar na instituição, e que a ação mais adequada seria o encaminhamento ao Ministério Público; refere ainda que devido a pouca quantidade de membros da comissão para a tomada de decisão, ainda não foi dado andamento. O presidente solicita a palavra para salientar sobre a importância de dar encaminhamento tendo em vista que o Conselho está ciente da situação, e caso não tome providências, poderá recair sobre prevaricação; coloca que se a comissão avalia que deve ser encaminhado ao Ministério Público, que o relatório seja trazido para o pleno para deliberação; refere que, se uma instituição está sendo acusada de violação de direitos, o Conselho tomou conhecimento, realizou visita e não agiu, pode sim configurar prevaricação; pondera ainda que enquanto presidente não pode tomar uma atitude sem ser acionado e deliberado pelo pleno, mas em caso de consequências terá que responder; desta forma, solicita que a comissão delibere sobre o seu encaminhamento referente a questão, e tragam para o pleno. Inicia-se então um debate sobre a Comissão de Fiscalização; refletido sobre seu respaldo para realização de visitas; refletido que ao se realizar uma visita de fiscalização não dá para avisar à instituição “denunciada” que se está indo verificar possíveis violações de direitos. O presidente então sugere que seja realizado um seminário/workshop para serem discutidos os limites e atribuições da Comissão de Fiscalização do Coesad; refere que poderão ser convidados especialistas e/ou representantes dos poderes constituídos para de fato



ser apurado como é viável sua atuação; coloca ainda que se não houver respaldo para uma atuação efetiva não faz sentido suas ações; aproveita o momento para colocar que a SESD atualmente possui contrato para emissão de crachás, e que será providenciado essa identificação para os conselheiros, e que em atuações externas estes serão de grande importância e necessidade; informa que será necessário o envio das fotos para sua confecção e delibera que a secretária executiva dê os encaminhamentos. A plenária retoma a discussão sobre fiscalização e são lembradas ações já realizadas anteriormente; é lembrado que ao chegar para uma determinada visita foi verificado que as pessoas estavam sim em situação de violação de direitos e foi necessário chamar reforço policial e retirar todos os acolhidos; refletido que ações como essas necessitam de respaldo, e outros órgãos precisam estar presentes na ação como: Vigilância Sanitária e Ministério Público; refletido até que ponto vai a pertinência do Conselho e até que ponto extrapola sua alçada; é ponderada a possibilidade de realização de um termo de cooperação técnica; ponderado também sobre a falta de atuação dos conselhos municipais contribuindo na fiscalização de instituições. Após todas as ponderações fica deliberado que o tema monitoramento e fiscalização de instituições será ponto de pauta da próxima plenária, de forma que seja traçado um alinhamento das próximas condutas. A secretária executiva solicita lembrar que recentemente, após discussões sobre o fluxo de atuação da comissão de Fiscalização, a assessora jurídica da SESD elaborou um “protocolo de recebimento de denúncia”; refere que à época não houve avanço na discussão do documento, mas que o instrumento foi repassado a esta nova composição da Comissão de Fiscalização do Coesad. Dando o seguimento o presidente passa para os assuntos da pauta. Tendo em vista que o assunto “Monitoramento e Fiscalização de Instituições – definição e alinhamento das condutas” ficou como pauta de discussão para a próxima plenária, o presidente propõe que um dos assuntos desta pauta: “Cadastro e registro de instituições no Coesad”, seja discutido em conjunto com o assunto anterior, tendo em vista a pertinência da relação entre ambos, tal proposta é acatada pelos presentes.

**ASSUNTO: 1) Avaliação da Semana Estadual sobre Drogas:** O presidente lembra que esta foi a terceira Semana sobre Drogas realizada consecutivamente e abre para avaliações e sugestões para os próximos anos. Os conselheiros pontuam sobre ações alusivas a questão das drogas realizadas por seus órgãos/instituições à época da semana sobre drogas. É feita uma avaliação de que o espaço tem ficado pequeno para o tamanho do evento; ponderado que as discussões foram muito boas e produtivas; que o evento foi muito bem organizado; é sugerido que seja fornecido coffee break nos dias do evento sugerido que seja realizada uma avaliação de todo o evento pelos participantes, de forma que seja obtido um panorama do público que esteve presente. O presidente solicita pontuar que foram feitos esforços para realização do evento em outro espaço, no entanto, as instituições, embora já tivessem dito da possibilidade de reserva do local, ao saberem que o evento tinha a temática das drogas informavam que não tinham a data disponível; coloca ainda que já deliberou para que se iniciem os trabalhos de busca para o local de realização do evento no próximo ano; informa também que a SESD realizou licitação para fornecimento de lanches sendo possível realizar tanto coffee break na Semana sobre Drogas quanto nas plenárias do Conselho.

**2) Cadastro e Registro de Instituições no Coesad:** O presidente pontua, como colocado anteriormente, que esta pauta ficará para a próxima plenária, mas gostaria de já adiantar aos membros que existem 2 Resoluções do COESAD, que foram encontradas recentemente, uma de 2004 e outra de 2014, que versam sobre registro de



instituições no Conselho; coloca que não foi localizada revogação destas resoluções; reforça que a discussão sobre fiscalização de instituições ocorrerá na próxima plenária em conjunto com este ponto; solicita a secretária executiva que encaminhe aos membros as referidas resoluções bem como o protocolo de recebimento de denúncia elaborado para a Fiscalização. **3) Nova logomarca do COESAD:** O presidente coloca que esta é uma proposta sua para o Conselho; coloca que a logomarca existente é muito antiga e desatualizada; refere que, na sua avaliação, a mesma não representa o Conselho; questiona à plenária se todos estão de acordo que a assessoria de comunicação da SESD elabore uma nova marca para o Conselho; refere que podem ser apresentadas 3 novas propostas para avaliação e escolha dos membros. Tal proposta é aprovada por todos os presentes e na próxima plenária as novas propostas serão apresentadas. **4) Convite às instituições de notório saber na área de drogas:** O presidente informa que esta é uma proposta do Conselheiro Fiorido; contextualiza que, embora tenha havido eleição complementar recentemente, o Conselho ainda permanece com várias vacâncias; desta forma passa a palavra para o conselheiro expor sua proposta. O sr. Fiorido coloca que não houve mobilização das entidades para participação no processo eleitoral; no entanto, reflete que as instituições ainda assim possuem muita representatividade e expertise na área das drogas; pondera que se o desejo é alcançar as instituições e fortalecer a política sobre drogas, se faz necessário flexibilizar e abrir as portas para participação das pessoas que por ventura estarão compondo o Conselho futuramente; coloca que ainda restam 4 vagas para instituições representativas de usuários e familiares e 1 vaga para instituições representativas de trabalhadores. O presidente solicita a palavra para esclarecer que ainda existem 2 vacâncias de representações do Tribunal de Justiça e da UFES, no entanto, ambas estão dentro da categoria poder público, e portanto, não são passíveis de substituição sem que haja alteração na legislação; reflete que é possível o convite de instituições de notório saber, no entanto, desde que dentro das categorias previamente delimitadas no Regimento Interno, assim como as instituições de representação de usuários e familiares, que atualmente também se encontram em vacância; sugere que, caso a plenária faça a opção de convidar instituições, que elas sejam elencadas e aprovadas na plenária, e os convites direcionados às respectivas instituições. Inicia-se um debate na plenária sobre as vacâncias citadas tanto do poder público quanto da sociedade civil; debatido sobre a impossibilidade de substituir as representações do poder público; refletido sobre o que efetivamente caracteriza uma instituição de “notório saber” e que, portanto, se faz necessário estabelecer critérios; refletido e realizadas ponderações se as instituições convidadas terão os mesmos “poderes” das organizações eleitas, ou seja, voz e voto; avaliado que o Conselho precisa estar respaldado para não incorrer em nenhuma falha com relação a legislação. A secretária executiva solicita pontuar sobre o artigo 3º do Regimento Interno, § 5º que diz: *“Poderão ser convidadas permanentes, com direito a voz, as instituições de mútua ajuda cuja natureza regimental impeça que seus membros concorram ao processo eleitoral previsto”*. O presidente pondera que qualquer cidadão pode participar das plenárias do COESAD, pois estas são abertas; não vê, portanto, nenhum problema em convidar instituições que já possuem atuação na área para participarem das plenárias com direito a voz; entretanto, o direito a voto necessitaria de fundamentação na legislação. Após ponderações e considerações é deliberado que serão convidados com direito a voz, nos termos do artigo 3º, § 5º, as seguintes instituições: Amor Exigente, Narcóticos Anônimos,



Alcoólicos Anônimos, Associação de Prevenção e Assistência dos Dependentes de Drogas – APPAD e Pastoral da Sobriedade. Feitas reflexões sobre a importância de publicizar as reuniões do COESAD, de forma que a sociedade tenha ciência da mesma; o presidente então coloca que as reuniões poderão ser divulgadas nas redes sociais da Rede Abraço; refere que a equipe de comunicação fará um card informativo divulgando a reunião 1 semana antes de sua realização. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar a reunião se encerrou às doze horas e quatro minutos, e eu, Katia Cuzzuol de Almeida, Secretária Executiva, lavrei a presente ata.

**Carlos Augusto Lopes (presidente) .**  
**Getulio Sergio Souza Pinto (suplente) .**  
Subsecretaria de Estado de Política Sobre Drogas - SESD

**Samantha Leal Fraga (titular) .**  
**Cristhiany Miranda Macedo (suplente)**  
Secretaria de Direitos Humanos - SEDH

#### **AUSENTES**

**Erika do Nascimento Bianchi (titular)**  
**Maria da Penha Guimarães da Conceição (suplente)**  
Secretaria de Justiça - SEJUS

**José Rafael Baroni de Carvalho (titular) .**  
**Sandra Silva Lima Barreto (suplente)**  
Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo - IASES

**João Evangelista de Souza (titular)**  
**Thaís Scardua Rangel Garcia (suplente) .**  
Secretaria de Estado de Educação - SEDU

#### **AUSENTES**

**Paulo Expedito Amaral Neto (titular)**  
**Rogério da Costa Trindade (suplente)**  
Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP

**Rochester Santana de Lima (titular) .**  
**Fatima Regina Vieira da Silva (suplente)**  
Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social - SETADES

#### **AUSENTES**

**João Miguel Debacker Batista (titular)**  
**Larissa Almeida Rodrigues (suplente)**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESA

**Thiago de Carvalho Guadalupe (titular) .**



**Sergio Krakowiak (suplente)**  
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

**AUSENTES**

**Expedito Jorge Tavares de Souza (titular)**  
**Danielli Tristão Laranja de Landa (suplente)**  
Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo – SRPF/ES

**José Carlos Fiorido (titular) .**  
**Geovanio Sila Ribeiro (suplente)**  
Federação Espírita do Estado do Espírito Santo - FEES

**AUSENTES**

**Alciléia Cardoso de Oliveira (titular)**  
**Luiz Cesar Ferreira de Oliveira (suplente)**  
Projeto Alfa Comunidade Terapêutica

**Elias Ferreira Nunes (titular) .**  
**Swami Vivekananda Dutra .**  
Conselho Municipal de Álcool e outras Drogas de Viana

**Luiz Alexandre Vervloet (titular)**  
**Jhonatta Velasco da Silva (suplente) .**  
Instituto Assistencial ao Uso de Drogas Nova Aliança

**Silvia Maria Lameira Hansen (titular)**  
**Roziani Costa (suplente) .**  
Ordem dos Advogados do Espírito Santo

**Jonathas de Souza Santana (titular)**  
**Dilcinéia Souza Bragança (suplente) .**  
Conselho Regional de Psicologia – CRP 16ª Região

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**KATIA CUZZUOL DE ALMEIDA**

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE  
DROGAS - COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 03/09/2024 15:52:24 -03:00

**CARLOS AUGUSTO LOPES**

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD)  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 03/09/2024 17:42:33 -03:00

**GETULIO SERGIO SOUZA PINTO**

SUPLENTE (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD)  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 05/09/2024 10:45:47 -03:00

**SAMANTHA LEAL FRAGA**

SUPLENTE (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS COESAD)  
SEDH - SEDH - GOVES  
assinado em 03/09/2024 16:29:40 -03:00

**THAIS SCARDUA RANGEL**

PROFESSOR B  
10065504571 - SEDU - GOVES  
assinado em 03/09/2024 16:43:53 -03:00

**ROCHESTER SANTANA DE LIMA**

FISCAL TITULAR (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -  
COESAD 2024 A 2026)  
SETADES - SETADES - GOVES  
assinado em 03/09/2024 15:56:35 -03:00

**THIAGO DE CARVALHO GUADALUPE**

MEMBRO (CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD/ES)  
DG - IJSN - GOVES  
assinado em 03/09/2024 16:24:23 -03:00

**JOSÉ CARLOS FIORIDO**

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS -  
COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 04/09/2024 11:35:24 -03:00

**JHONATTA VELASCO DA SILVA OLIVEIRA**

MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 09/09/2024 09:53:07 -03:00

**ELIAS FERREIRA NUNES**

MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 05/09/2024 12:48:00 -03:00

**DILCINEIA SOUZA BRAGANÇA**

MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 04/09/2024 12:12:55 -03:00

**ROZIANI COSTA**

MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 03/09/2024 17:00:37 -03:00

**SWAMI VIVEKANANDA DUTRA**

MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
SEG - GOVES  
assinado em 05/09/2024 12:51:42 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 09/09/2024 09:53:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por KATIA CUZZUOL DE ALMEIDA (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS - COESAD  
- SEG - SEG - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-6FL4XL>